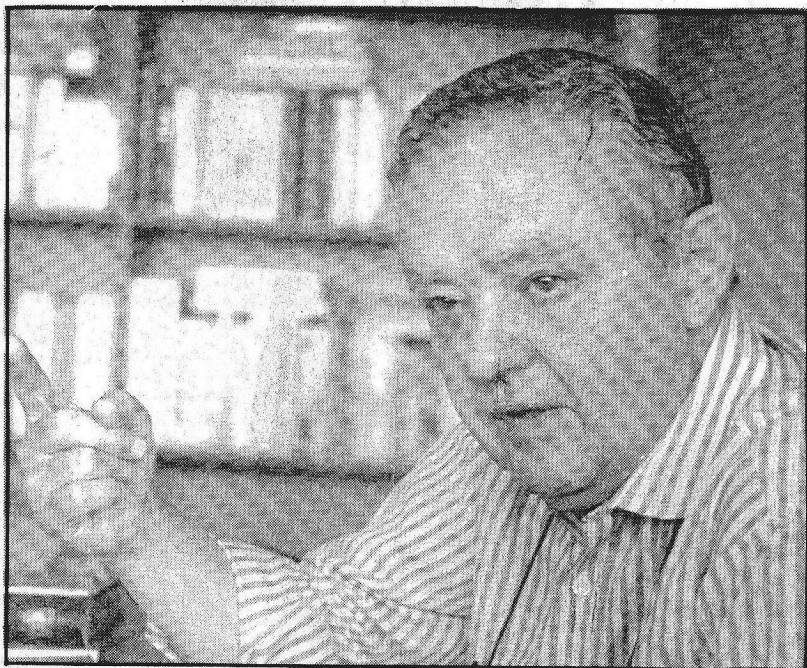


'Nossa vitória foi apenas adiada'

JOSÉ REZENDE JR.

BRASÍLIA — O advogado Cláudio Penna Lacombe, 62 anos no próximo dia 17, está certo de que, com os votos dos três ministros do Superior Tribunal de Justiça, o Supremo vai anular a sentença do Senado que condenou o ex-presidente Collor à inabilitação política por oito anos.



As reações do Congresso são subversivas. Dizer que o Supremo divorciou-se do povo é uma concepção nazista do direito penal

O GLOBO — O ex-presidente Collor considerou uma vitória o empate em 4 a 4 no Supremo. O senhor pensa o mesmo?

CLÁUDIO LACOMBE — Para mim não, porque queria ganhar e achava que ia ganhar. Tinha a meu favor a opinião maciça da doutrina de que a renúncia estanca o processo de impeachment. Citei 15 autores, de Rui Barbosa a Paulo Brossard, enquanto a acusação citou só três. Fosse uma daquelas famosas guerras chinesas, onde um general dizia assim: 'tenho tantos arqueiros, você tem tantos a mais, então você ganhou', teria ganho por 15 a 3. Mas a vitória foi apenas adiada, tenho certeza que

conseguiremos os três votos dos juízes do Superior Tribunal de Justiça.

O GLOBO — O que o senhor acha das críticas à decisão do STF de convocar ministros do STJ?

LACOMBE — Desde a reforma constitucional de 1926, o Supremo convoca ministros de outros tribunais para prosseguimento de julgamentos quando o quorum para decisão não é alcançado. A alternativa, no caso de empate, seria esperar a aposentadoria de alguns ministros do Supremo para que seus substitutos votassem e decidissem o julgamento. Acontece que esse é um tribunal de moços, o próximo a

aposentar, ao completar 70 anos de idade, é o ministro Paulo Brossard, em outubro do ano que vem. Ou seja, até lá a decisão ficaria em suspenso.

O GLOBO — E as reações do Congresso ao empate do Supremo?

LACOMBE — São reações subversivas, que pretendem apenas criar conflito entre os Poderes. O Supremo não julgou o presidente Collor, muito menos o absolveu. O que está em discussão é se o presidente podia ou não ser julgado após a renúncia. Dizer que o Supremo divorciou-se dos anseios da população brasileira não passa de uma concepção nazista do direito penal. Na Alemanha de Hitler, a regra fundamental de que não há crime nem pena que não estejam previstas em lei foi substituída pelo princípio da "sã consciência do povo". Como o intérprete dessa sã consciência era o fúher, crime era o que ele dizia ser. Se fôssemos basear as decisões judiciais na vontade do povo, justificaríamos muitos linchamentos.

O GLOBO — O senhor também considera subversivas as reações militares?

LACOMBE — Pelo que li, as críticas militares foram à decisão de submeter o julgamento a um tribunal inferior. Eles pensam assim porque estão muito apegados à hierarquia, acham que um general não pode recorrer a um coronel.

O GLOBO — O senhor acredita que o ex-presidente será eleito deputado?

LACOMBE — No dia seguinte à votação do Supremo, por curiosidade, perguntei isso a ele. O presidente Collor foi taxativo: "Não tenho motivação eleitoral. Não vou me candidatar a nada".

O GLOBO — O senhor teve medo de que a prisão de PC Farias prejudicasse o ex-presidente Collor, influenciando na decisão do STF?

LACOMBE — Pelo contrário, achei que poderia ser até favorável. Exigiam-se punições exemplares, e eu achei que a prisão do PC poderia aplacar essa ira.